



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO Nº 3135/2019-DG  
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
ASSUNTO: OFICIAIS DE JUSTIÇA. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE  
QUINTOS/DÉCIMOS E GAE

INFORMAÇÃO CDP/SLP Nº 538/2019

Senhora Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas,

Inaugura o presente expediente a Informação SEGP nº 6/2019, formulada pelo Senhor Secretário de gestão de Pessoas, datada de 29/8/2019, que relata que o Tribunal de Contas da União, no módulo Índices do Sistema e-Pessoal - Sistema de Atos de Pessoal -, apontou a “acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI ATIVOS) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GRAT ATIVIDADE EXTERNA (GAE)), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11416/2006”.

Em síntese, esclarece que a incorporação de valores percebidos a título de funções ou cargos comissionados remonta ao artigo 62, §2º, da Lei nº 8.112/1990, presente também nos artigos 3º e 10 da Lei nº 8.911/1994; que a Medida Provisória nº 1.595-14 de 10/11/1997, convertida na Lei nº 9.527/1997, revogou os §§3º e 4º do artigo 62 da Lei nº 8.112/1990, bem como os artigos 3º e 10 da Lei nº 8.911/1994; que a incorporação de quintos/décimos passou a ser regulada pela Lei nº 9.624/1998, permitindo, assim, a incorporação de décimos até a data de sua publicação, que se deu em 8/4/1998; que a Medida Provisória 2.225-45/2001 incluiu na Lei nº 8.112/1990 o artigo 62-A, que transformou a incorporação de décimos a que se referiam os artigos 3º e 10 da Lei nº 8.911/1994 e o artigo 3º da Lei nº 9.624/1998, em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI; que se formou uma celeuma jurídica acerca da possibilidade de extensão da incorporação de quintos/décimos a partir de 9/4/1998 até 4/9/2001, a qual está aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal nos Embargos de Declaração do Recurso Extraordinário nº 638.115; que no âmbito desta Casa, há decisão administrativa favorável à referida extensão (Processo Administrativo nº 0016800-30.2002.5.15.0895 PA); que no que se refere à aposentadoria, os décimos/quintos incorporados são incluídos nos proventos em observância ao disposto no artigo 13 da Lei nº 9.624/1998; e que de acordo com o artigo 11 da Lei nº 11.416/2006, “a remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário é composta pelo Vencimento Básico do cargo e pela Gratificação Judiciária (GAJ), acrescida das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei”.

Assim, conclui que, “em relação aos Analistas Judiciários, área Judiciária, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, do quadro permanente desta Corte, a incorporação da Função Comissionada FC-04 de Executante de Mandados (atual Oficial de Justiça Avaliador) não é de todo incompatível com o disposto no Art. 4º do Anexo II da Portaria Conjunta nº 1, de 7 de março de 2007, que permite a integração da Gratificação por Atividade Externa (GAE) aos proventos dos servidores supramencionados, não se enquadrando em “bis in idem”, indicado pelo TCU”.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

De outra sorte, enumera os seguintes casos que podem ocorrer com relação aos apontamentos do TCU: 1) que nem todos os oficiais de justiça incorporaram a FC-04 de Execução de Mandados e posteriormente acumularam essa incorporação com a GAE; 2) que houve casos em que o servidor ingressou em outro cargo, Técnico ou Analista Judiciário, tendo parte da função comissionada exercida naquele período e depois tomou posse como Oficial de Justiça, incorporando parte da FC-04 de Execução de Mandados, e posteriormente passou a receber a GAE; 3) que em outros casos, o servidor ingressou como Técnico ou Analista Judiciário, incorporou FC exercida naquele período e somente após a extinção da incorporação das FCs tomou posse como Oficial de Justiça, fazendo jus a GAE; e 4) que há casos de servidor, que apesar de ingressar neste Tribunal como Oficial de Justiça, não exerceu as funções inerentes ao cargo, tendo trabalhado internamente e incorporado função comissionada decorrente da função exercida e não do cargo de oficial de justiça e, somente posteriormente, passou a exercer seu encargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal, recebendo a GAE.

Conclui, portanto, que, na eventual hipótese de o TCU entender indevida a integração dos décimos e da GAE aos proventos de aposentadoria dos Oficiais de Justiça, deverão ser analisados individualmente os casos, de acordo com as situações funcionais de cada servidor, para estabelecer ou não a ocorrência de “bis in idem” no pagamento das referidas verbas.

Em seguida, foi colacionado ao expediente e-mail datado de 2/8/2019 encaminhado pelo Senhor Coordenador do Controle Interno relatando o cadastramento dos referidos indícios, bem como a lista dos Oficiais de Justiça deste Tribunal com apontamento de irregularidade pelo TCU.

Em complemento, o Senhor Secretário de Gestão de Pessoas fez constar os procedimentos de apuração sugeridos pelo TCU, quais sejam: oficial o servidor para que se manifeste sobre o indício, garantindo o contraditório e ampla defesa; e se confirmadas as condições apontadas no indício, orientar o servidor para que opte por uma ou outra parcela remuneratória.

Em 13/9/2019 o Senhor Coordenador de Controle Interno encaminhou o despacho nº 11/2019-CCIN à Secretaria de Gestão de Pessoas, acompanhado das respostas dadas pela Diretoria de Auditoria em Pessoal (Diaup) do TCU aos questionamentos feitos por aquela unidade quanto aos referidos indícios, conforme segue:

“1. Caso o órgão divirja do posicionamento do TCU, mesmo assim deverá seguir o procedimento de apuração sugerido de oficial os servidores para que se manifestem sobre o indício?

*O órgão pode elaborar resposta apresentando seu posicionamento, mesmo antes de oficial os servidores. O TCU analisará a argumentação apresentada. Caso não concorde com o posicionamento do órgão, os indícios serão devolvidos para continuar a apuração.*

2. Em relação ao campo “Qual é o posicionamento do órgão?”, devemos colocar o posicionamento do TRT15 em relação ao critério fornecido pelo TCU no módulo Indícios apenas ou considerar também a defesa apresentada pelos servidores?

*No primeiro momento, se o órgão for discordar do TCU, ele pode colocar o próprio posicionamento.*





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

3. A defesa porventura apresentada deverá ser adicionada no campo “Documentos comprobatórios anexados” no sistema e-Pessoal? Se não for neste campo, de que forma o servidor poderá apresentar o contraditório e ampla defesa ao TCU?

*A defesa eventualmente apresentada pelo servidor pode ser anexada no sistema Índícios no campo “Documentos comprobatórios anexados”*

*Importante esclarecer a natureza desse trabalho de fiscalização do TCU. São feitos cruzamentos das bases de dados disponíveis, a fim de se identificar possíveis irregularidades, tomando-se por base a jurisprudência do TCU e dos Tribunais Superiores. Esses indícios são encaminhados ao órgão de pessoal responsável pelo pagamento. Com base no poder-dever de autotutela, espera-se que o gestor responsável pelo pagamento adote as providências cabíveis com vistas à apuração e à regularização da situação, se a conclusão foi pela procedência do indício.*

*Mas como dito anteriormente, o gestor de pessoal pode discordar da posição da equipe de auditoria e encaminhar argumentos em prol de seu posicionamento. Por se tratar de trilha de fiscalização nova, o TCU analisará os argumentos apresentados”*

Encaminhado o expediente à Coordenadoria de Provimento e Vacância para que informasse sobre a origem da instituição, por este Tribunal, dos encargos a que se referem os apontamentos do TCU, foi por aquela relatado, em 7/10/2019, que:

“Considerando despacho do Sr. Secretário de Gestão de Pessoas, informo que publicação no então Diário Oficial do Estado, em 10/08/1993, da Resolução Administrativa TRT 15ª 12/1993, instituiu o encargo de “Executante de Mandados” na antiga Tabela de Gratificações pela Representação de Gabinete, “privativo aos Oficiais de Justiça Avaliadores e servidores que exerçam as atribuições do cargo na condição de ‘ad hoc’...”.

Tal medida privilegiou, neste caso, a relação de estrita confiança entre os Juízos Trabalhistas e seus Oficiais, incrementando dentro da autonomia administrativa constitucionalmente prevista para o Poder Judiciário a ideia de “longa manus” para os magistrados e o caráter técnico das atribuições do oficialato; no acompanhamento da produtividade, seria perfeitamente possível à autoridade judicial destituir este ou aquele servidor do comissionamento.

Posteriormente, o Ato GP 06/1997 modificou a denominação dos encargos para “Funções Comissionadas” e, a Portaria GP 05/1998, alterou o encargo de “Executante de Mandados” para “Oficial de Justiça Avaliador”.

E assim se caminhou pela linha temporal até chegarmos à Resolução Administrativa TRT 15ª 01/2005, que transformou inúmeras Funções Comissionadas em Nível 4, determinando que a “função Oficial de Justiça Avaliador FC 04” estava disponível por meio de 321 encargos específicos, para os Analistas Judiciários (que tinham seu cargo de carreira nominado “Oficial de Justiça”), da Especialidade Execução de Mandados comentada.

Cumprir registrar que os comissionamentos para os “Oficiais” nem sempre estiveram à disposição imediata dos Juízos e necessariamente não se automatizavam com a entrada em exercício dos servidores.

Nesse sentido, oportuno mencionar julgamento do TRF4 (Agravo em Agravo de Instrumento AI 502940323201340400005029403-23.2013.404.0000 – data de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

publicação 22/05/2014), cuja Ementa acolhe à perfeição as breves considerações expostas por esta Coordenadoria:

“Gratificação de Executante de Mandados. Transformação de Funções e Cargos. Violação do Princípio da Irredutibilidade de Vencimentos. Ilegalidade e Inconstitucionalidade. Sentença Mantida. 1) a transformação de funções perpetrada pelo Órgão Especial do TRT da 4ª Região possui permissivo legal, razão pela qual não há falar em violação ao princípio da reserva legal. Haveria, sim, violação, caso houvesse aumento de despesa ou irredutibilidade de vencimento sem diminuição de atribuições. 2. Não cabe a este Tribunal imiscuir-se no mérito administrativo, pois à Administração é conferida uma margem de discricionariedade, em que pode atuar de acordo com sua conveniência e oportunidade, reorganizando seu quadro de funções comissionadas como melhor lhe convém e atenda as suas necessidades, desde que respeitadas a moralidade, proporcionalidade e razoabilidade. 3. Conforme referiu o juízo originário, a função extinta corresponde à verdadeira função comissionada, em caráter precário, a qual não guarda relação com o cargo exercido ou com as condições de trabalho, o que possibilita seja suprimida a qualquer momento”.

Por último, registra-se que em 01/12/2008, deu-se a supressão do comissionamento “FC4” à absoluta maioria dos Analistas Judiciários da Especialidade Execução de Mandados, em virtude da incompatibilidade entre função comissionada e “GAE”, trazida pela Lei 11416/2008; não obstante, é pertinente lembrar que, em seu art. 30, § 3º, mencionado diploma legal previu que “até que seja integralizado o vencimento básico previsto no Anexo IX desta Lei, será facultado, excepcionalmente, aos servidores referidos no § 1º do art. 4º desta Lei optar pela percepção da Gratificação de Atividade Externa - GAE ou da Função Comissionada que exerçam, observado o disposto no art. 18 desta Lei” (o que – s.m.j. – provaria que o legislador admitiu a existência anterior de comissionamento – e, assim, de suas incorporações).

As Funções Comissionadas de Nível FC4, “Executante de Mandados” (destinadas anteriormente aos Analistas Judiciários que atuavam no oficialato) foram redefinidas e extintas por meio da Resolução TRT15ª 10/2008, o que significa dizer que foram disponibilizadas a outros servidores, com atribuições diversas às de cumprimento de Mandados:

(...)”

É o relatório.

Preliminarmente, faz-se mister adentrar na questão atinente à decadência, uma vez que tal explanação se mostra relevante à análise do caso ora apresentado.

Nesse sentir, entende-se, s.m.j., não ser mais possível a discussão acerca da revisão da incorporação de quintos/décimos, inclusive com suas atualizações/revisões até 4/9/2001 – como se verá -, concomitantemente ao recebimento da Gratificação de Atividade Externa - GAE, da qual decorreram efeitos favoráveis aos seus destinatários, uma vez que fulminada pela decadência administrativa, considerando o transcurso de mais de 5 (cinco) anos de sua incorporação, nos termos do art. 54 da Lei n.º 9.784/1999, abaixo transcrito:

“Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato”.

Nessa linha, a propósito, seguiu o entendimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme trecho da ementa abaixo transcrita, que decidiu pela impossibilidade da revisão do ato de concessão do adicional de tempo de serviço considerando o decurso do prazo de cinco anos.

“ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DOS ATOS. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA. LEI 9.784/99 – ART. 54.

- O prazo decadencial para a Administração anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos administrados decai em cinco anos, contados da entrada em vigor da Lei n.º 9.784/99. No caso concreto, o Adicional por Tempo de Serviço teve vigência a partir de janeiro de 1997, tendo sido revisado somente em maio de 2005, portanto, decorridos mais de cinco anos, inclusive quando contados da vigência da Lei n.º 9.784/99 – 01/02/99.

- Inaplicável, ao caso, o prazo decadencial de que trata o 103-A da Lei n.º 8.213/91, que é de 10 anos, vez que esse dirige-se aos benefícios previdenciários, sendo que na hipótese cuida-se de aposentadoria estatutária.” (TRF da 4ª Região. AC: 5458 RS 2005.71.02.005458-2, Relator: Valdemar Capeletti. Data de Julgamento: 10/12/2008. Quarta Turma, Data de Publicação: D.E. 12/01/2009)

Neste mesmo sentido manifestou o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, *in verbis*:

“MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. MÉDICO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA FUNASA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA.

- Rejeição da arguição de decadência para a impetração do Writ, tendo em vista que a jurisprudência do Eg. STJ firmou entendimento no sentido de que nos casos onde há redução de parcela vencimental, a relação é de trato sucessivo, renovando-se mês a mês. Possuindo a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA personalidade jurídica e capacidade processual, além de autonomia financeira e administrativa, e considerando interesse de servidor pertencente aos seus quadros, não há que se falar em ilegitimidade passiva ad causam.

- A sentença não merece reparos, tendo em vista que, nos termos do art. 54 da Lei n.º 9.784/99, a Administração tem o prazo de cinco anos para anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os servidores.

- Em relação aos atos anteriores à vigência da referida legislação, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que o prazo quinquenal começa a fluir a partir da vigência da Lei n.º 9.784/99.

(...)” (TRF da 5ª Região. MAS: 98071 PB 0004161-08.2006.4.05.8200, Relator: Desembargador Federal Francisco Barros Dias, Data de Julgamento: 13/10/2009, Segunda Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça Eletrônico – Data: 05/11/2009 – Página: 145 – nº 43 – Ano: 2009).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Depreende-se, pois, que a benesse relativa à incorporação de quintos/décimos cuida de prestação de trato sucessivo, com efeitos patrimoniais contínuos, e de acordo com o artigo 54, § 1º, da Lei n.º 9.784/1999, o prazo decadencial nesta situação específica deve ser contado a partir da percepção do primeiro pagamento.

“In casu”, como será narrado abaixo, a última incorporação de décimos - decorrente da extensão até 4/9/2001 -, deu-se retroativamente a abril/1998, sendo que o primeiro pagamento relativo a tanto ocorreu em dezembro de 2006, consoante deliberação no Processo Administrativo nº 0016800-30.2002.5.15.0895 PA, encontrando-se, portanto, na ótica desta unidade, fulminada pela decadência.

Segundo o doutrinador José dos Santos Carvalho Filho, a lei pretende proteger o beneficiário da vantagem patrimonial quando a vem recebendo por mais de cinco anos sem interrupção. A despeito de o ato ser inquinado de algum vício de legalidade, fica a Administração impedida de corrigi-lo para prejudicar o beneficiário, fundando-se a norma na circunstância de que este não deu causa à ocorrência do vício, que resultou de erro dos próprios órgãos públicos. Com o decurso do prazo e vedada a autotutela, convalida-se o ato e o destinatário continua a perceber a vantagem patrimonial que vinha sendo normalmente recebida.

Aliado ao que foi exposto acima, destaca-se o princípio da segurança jurídica, que deverá ser elucidado sob alguns aspectos relevantes.

O sobredito princípio, nos dizeres da professora Fernanda Marinela, tem como principal escopo “evitar alterações supervenientes que instabilizem a situação dos administrados e minorem os efeitos traumáticos de novas disposições”.

De acordo com ensinamento de Hely Lopes Meirelles, a anulação dos atos administrativos deve situar-se dentro de certos limites temporais, vencidos os quais a Administração perde a disponibilidade de sua competência anulatória. Trata-se de uma imposição do princípio da estabilidade das relações jurídicas, presentes em todos os ramos do Direito e que no Direito Público assume particular relevância. (Estudos e Pareceres de Direito Público, vol. IX, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1986).

Nestes termos Weida Zancaner consolida seu entendimento:

“Claro está que o princípio da legalidade é basilar para a atuação administrativa, mas como se disse, encartados no ordenamento jurídico estão outros princípios que devem ser respeitados, ou por se referirem ao Direito como um todo, como, por exemplo, o princípio da segurança jurídica, ou por serem protetores comuns dos cidadãos, como, por exemplo, a boa-fé, princípio que também visa protegê-los quando de suas relações com o Estado.

Assim, em nome da segurança jurídica, simetricamente ao que referimos quanto à convalidação, o decurso do tempo pode ser, por si mesmo, causa bastante para estabilizar certas situações fazendo-as intocadas.” (Da convalidação e da Invalidação dos Atos Administrativos, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 1993, p. 60)

Oportuno citar, ainda, a lição de Almiro do Couto e Silva, em trabalho publicado na Revista de Direito, nº 84, pág. 46/63, que faz alusão à referida matéria:





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

“A invariável aplicação do princípio da legalidade da Administração Pública deixaria os administrados, em numerosíssimas vezes, atônitos, intranquilos e até mesmo indignados pela conduta do Estado, se a este fosse dado, sempre, invalidar seus próprios atos – qual Penélope, fazendo e desmanchando sua teia, para tornar a fazê-la e tornar a desmanchá-la – sob o argumento de ter adotado uma nova interpretação e de haver finalmente percebido após o transcurso de certo lapso de tempo, que eles eram ilegais, não podendo, portanto, como nulos, dar causa a qualquer consequência jurídica para os destinatários.

Só há relativamente pouco tempo é que se passou a considerar que o princípio da legalidade da Administração Pública, até então tido como incontrastável, encontrava limites na sua aplicação, precisamente porque se mostrava indispensável resguardar, em certas hipóteses, como interesse público prevalecente, a confiança dos indivíduos, em que atos do Poder Público, que lhes dizem respeito, e outorgam vantagens, são atos regulares, praticados com observância das leis.”

De qualquer sorte, caso o entendimento seja diverso, oportuno se faz adentrar no mérito da questão ora apresentada. Senão, vejamos.

#### **DA ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO COMISSIONADA AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA**

No âmbito deste Regional, a tabela de Gratificação de Representação de Gabinete foi instituída pelo Ato GP n. 3/1986, publicado no D.O.E. – SP de 12 de dezembro de 1986.

Referida tabela foi alterada várias vezes, sendo que no ano de 1993, por meio da Resolução Administrativa n. 12, foi instituído “(...) o encargo de Executante de Mandados na Tabela de Gratificações pela Representação de Gabinete do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, privativo dos Oficiais de Justiça Avaliadores e servidores que exerçam as atribuições do cargo na condição de “ad hoc”, desde que estejam efetivamente no exercício de suas funções”.

Posteriormente, o Ato GP 06/1997 modificou a denominação dos encargos para “Funções Comissionadas” e a Portaria GP 05/1998, alterou o encargo de “Executante de Mandados” para “Oficial de Justiça Avaliador”.

E daí por diante, várias alterações se seguiram na Tabela de funções comissionadas do Tribunal, até que em 2005, por meio da Resolução Administrativa nº 01, várias funções comissionadas foram transformadas em nível 4 – Função Oficial de Justiça Avaliador Federal.

Ainda, conforme relatado pela Coordenadoria de Provisão e Vacância, em 2008, mediante a Resolução Administrativa nº 10, deu-se a supressão total do FC-04 aos servidores ocupantes dos cargos de Analistas Judiciários, Área Judiciária, especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, em virtude do disposto no artigo 16, §2º, da Lei nº 11.416/2008, sendo aquelas funções comissionadas redefinidas e disponibilizadas a outros servidores, com atribuições diversas às de Oficial de Justiça.

Consigna-se, de qualquer sorte, salvo juízo mais abalizado, que as designações para o exercício de função comissionada aos Oficiais de Justiça neste Tribunal não tinham a natureza de gratificação, como sói afirmar o Tribunal de Contas da União, haja vista que, reforçando o quanto informado pela citada Coordenadoria “nem sempre estiveram à disposição imediata dos Juízos e necessariamente não se automatizavam com a entrada em



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

exercício dos servidores”. Além disso, “no acompanhamento da produtividade, seria perfeitamente possível à autoridade judicial destituir este ou aquele servidor do comissionamento”, haja vista que a sua atribuição privilegiava “a relação de estrita confiança entre os Juízes Trabalhistas e seus Oficiais, incrementando dentro da autonomia administrativa constitucionalmente prevista para o Poder Judiciário a ideia de “lônga manus” para os magistrados e o caráter técnico das atribuições do oficialato”. Tudo isso só reforça o fato de que tal verba percebida pelos Oficiais de Justiça possuía realmente a natureza de função comissionada, haja vista ser sua designação de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente.

### DA INCORPORAÇÃO DE QUINTOS/DÉCIMOS

Quanto às parcelas de quintos incorporados, há que se apontar que a Lei nº 6.732/1979 estabelecia que o servidor, após determinado tempo de exercício de função comissionada, teria incorporada anualmente aos seus vencimentos a fração de um quinto daquela retribuição, até o limite de cinco quintos, senão veja-se.

“Art. 2º O funcionário que contar com seis (6) anos completos, consecutivos ou não, de exercício em cargos ou funções enumerados nesta lei, fará jus a ter adicionada ao vencimento do respectivo cargo efetivo, como vantagem pessoal, a importância equivalente a fração de um quinto (1/5).”

Referida lei foi expressamente revogada pela Lei nº 8.911, de 11/7/1994, que “Dispõe sobre a remuneração dos cargos em comissão, define critérios de incorporação de vantagens de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências”, a qual assim dispõe em seu art. 13: “Revogam-se a Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979...”

Não obstante, a Lei nº 8.112/1990, no inciso II do art. 62, previa a incorporação da gratificação prevista no *caput* na proporção de 1/5 (um quinto) por ano de exercício de função comissionada.

A fim de melhor visualização pelo interlocutor, reproduzimos a seguir o texto do artigo supra no quanto interessa ao presente estudo.

“Art. 62. Ao servidor investido em função de direção, chefia ou assessoramento é devida uma gratificação pelo seu exercício.

(...)

§ 2º A gratificação prevista neste artigo incorpora-se à remuneração do servidor e integra o provento da aposentadoria, na proporção de 1/5 (um quinto) por ano de exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, até o limite de 5 (cinco) quintos.

(...)”

A forma de incorporação, contudo, foi novamente alterada pela Lei nº 8.911/1994, que, ao regulamentar o art. 62, § 2º da lei retro, estabeleceu que a incorporação dar-se-ia a cada doze meses de efetivo exercício da função comissionada, até o limite de cinco quintos.

“Art. 3º Para efeito do disposto no § 2º do art. 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor investido em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, previsto nesta Lei, incorporará à sua





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

remuneração a importância equivalente à fração de um quinto da gratificação do cargo ou função para o qual foi designado ou nomeado, a cada doze meses de efetivo exercício, até o limite de cinco quintos.”

A Medida Provisória nº 1.595-14, de 10/11/1997, posteriormente convertida na Lei nº 9.527/97, extinguiu a incorporação da referida gratificação, a qual ressalvou, no § 2º do art. 15, tão apenas os direitos dos servidores que já a tinham obtido até 11/11/1997, os quais passaram a receber a respectiva importância a título de vantagem pessoal nominalmente identificada – VPNI.

A fim de ilustrar o quanto dito, reproduzimos a seguir, na íntegra, o art. 15 da referida medida provisória.

“Art. 15. Fica extinta a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.

§ 1º A importância paga em razão da incorporação a que se refere este artigo passa a constituir, a partir de 11 de novembro de 1997, vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

§ 2º É assegurado o direito à incorporação ou atualização de parcela ao servidor que, em 11 de novembro de 1997, tiver cumprido todos os requisitos legais para a concessão ou atualização a ela referente.”

O art. 18 da mesma medida provisória, por sua vez, expressamente revogou os artigos 3º e 10 da Lei nº 8.911/1994, os quais regulamentavam a forma de incorporação de quintos.

Mais tarde, em 1998, com a Medida Provisória nº 1.644-41, convertida depois na Lei nº 9.624/1998, de acordo com o disposto no seu art. 2º, as parcelas incorporadas à remuneração a título de quintos foram transformadas em décimos, limitados estes a dez.

A mesma medida provisória, de outra sorte, limitou no tempo a incorporação da referida vantagem em seu art. 3º, senão veja-se: “Serão concedidas ou atualizadas as parcelas de quintos a que o servidor faria jus no período compreendido entre 19 de janeiro de 1995 e a data de publicação desta Lei, mas não incorporadas em decorrência das normas à época vigentes, observados os critérios: (... ..)”.

No ano de 2001, de outra sorte, com a edição da Medida Provisória nº 2.225-45, foi à Lei nº 8.112/90 acrescido o art. 62-A, que conta com a seguinte redação:

“Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo somente estará sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)”



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diante da redação do referido artigo e do teor da Lei nº 9.624/98, passou-se a entender que seria possível a incorporação dos quintos decorrentes do exercício de função comissionada no interregno compreendido entre o início da vigência da Lei nº 9.624/98, que se deu em 8/4/1998, até o início da vigência da Medida Provisória nº 2.225-45, que se deu em 5/9/2001.

Inclusive, no âmbito desta Casa, há decisão administrativa favorável à extensão das funções comissionadas a título de VPNI até 4/9/2001, proferida pelo então Desembargador Presidente, Laurival Ribeiro da Silva Filho, em 6/10/2006, nos autos do Processo Administrativo nº 0016800-30.2002.5.15.0895 PA, nos seguintes termos:

“Revejo minha decisão anterior, deferindo a incorporação das parcelas de quintos aos vencimentos dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região que a elas fizeram jus no período de 9 de abril de 1998 a 4 de setembro de 2001, com fundamento no art. 3.º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, c/c a redação original dos artigos 3.º e 10 da Lei nº 8.911/1994 e art. 3.º da Lei nº 9.624/1998”

Por via de consequência, tal extensão foi implantada mensalmente na folha de pagamento dos servidores (ativos, inativos e pensionistas estatutários) a partir do mês de dezembro de 2006 e que, no citado mês, foram creditadas as diferenças retroativas referentes ao período de abril a novembro do mesmo ano, não havendo, contudo, até o momento o pagamento administrativo referente às parcelas relativas ao período de 9/4/1998 a 31/3/20016 – no aguardo de disponibilidade orçamentária (conforme Processo Administrativo nº 0016800-30.2002.5.15.0895 PA).

A matéria, entretanto, foi levada ao conhecimento da Corte Suprema por meio do Recurso Extraordinário 638.115 Ceará, sendo decidida em Sessão Plenária do dia 19/3/2015, com acolhimento do recurso por maioria afastando a possibilidade de incorporação de quintos decorrente do exercício de função comissionada desde a edição da Lei nº 9.624/1998 até a MP 2.225-45/2001. No entanto, ainda não há trânsito em julgamento, encontrando-se tal ação judicial aguardando julgamento de Embargos de Declaração.

De qualquer sorte, é fato que, além da referida incorporação de quintos/décimos dar-se no vencimento dos servidores em atividade, também é carreada aos proventos de aposentadoria e pensão, consoante os termos do disposto no artigo 13 da Lei nº 9.624/1998, que dispõe que “as vantagens de que trata esta Lei incorporam-se aos proventos de aposentadoria e pensões”, especialmente quando tais proventos são calculados em caráter de integralidade e paridade em relação aos servidores da ativa (ex.: aposentadorias fundamentadas no artigo 6º da EC 41/2003 e artigo 3º da EC 47/2005).

Assim, “in casu”, importa registrar que vários dos servidores constantes da relação de Índícios do TCU possuem quintos/décimos de incorporados em sua remuneração/proventos na forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificados VPNI – seja na atividade ou na inatividade -, sendo que muitos deles em virtude de designação, à época, para exercício de Função Comissionada FC-04 de Executante de Mandados, como relatado pela Coordenadoria de Provimento e Vacância – e não de FC05, como apontado pelo Tribunal de Contas da União -; outros, por sua vez, tiveram incorporação de quintos em virtude de designação para outros encargos – distinto do dos Oficiais de Justiça, por razões





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

diversas; e outros, ainda, sequer possuem a VPNI - situações detalhadas pelo Senhor Secretário de Gestão de Pessoas, conforme acima relatado.

**DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA - GAE**

De qualquer sorte, em 2006, exsurgiu no mundo jurídico a Lei nº 11.416, que “Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências”.

O art. 16 da referida lei assim dispõe, “in verbis”:

“Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.”

O *caput* do art. 4º e seu § 1º, por sua vez, assim dispõem:

“Art. 4º As atribuições dos cargos serão descritas em regulamento, observado o seguinte:

(...)

§ 1º Os ocupantes do cargo de Analista Judiciário – área judiciária cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação processual civil, penal, trabalhista e demais leis especiais, serão enquadrados na especialidade de Oficial de Justiça Avaliador Federal.

(...)”

Depois, em 7/3/2007, por meio da Portaria Conjunta nº 1, dentre outros, foi regulamentada a Gratificação de Atividade Externa, conforme o disposto no Anexo II daquela portaria, como a seguir transcrito.

“( ... .. )

**ANEXO II**

**REGULAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA**

Art. 1º A concessão da Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente ao servidor ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Execução de Mandados das carreiras do Poder Judiciário da União, observará os critérios e procedimentos estabelecidos neste ato.

Art. 2º A Gratificação de Atividade Externa será paga, quando for o caso, cumulativamente com a indenização de transporte devida ao servidor.

Art. 3º É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por servidor em exercício de função comissionada ou de cargo em comissão.

§ 1º Ao servidor que se encontrar em exercício de função comissionada destinada, pelos órgãos do Poder Judiciário da União, especificamente aos ocupantes do cargo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

de Analista Judiciário descrito no art. 1º, será facultado optar pela percepção da GAE ou da função comissionada até que seja integralizado o vencimento básico previsto no Anexo IX da Lei nº 11.416/2006, sem prejuízo das atribuições relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa.

§ 2º Os efeitos financeiros da opção de que trata o parágrafo anterior serão retroativos a 1º de junho de 2006, se for o caso.

Art. 4º A gratificação integrará a remuneração contributiva utilizada para cálculo dos proventos de aposentadoria, nos termos do § 3º do art. 40 da Constituição Federal, bem como os proventos de aposentadoria e benefícios de pensão, amparados pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003 e no parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 6 de julho de 2005.

Art. 5º Ao Analista Judiciário, Área Judiciária, Execução de Mandados, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios é devida a GAE a partir de 15 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. Ao servidor de que trata o *caput* deste artigo não é devida a GAE no período de 1º de junho a 14 de dezembro de 2006, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.417, de 5 de abril de 2002.

Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de março de 2007.”

Assim, com a regulamentação da GAE, deu-se no âmbito deste Tribunal, a partir de 1/12/2008 – consoante informação prestada pela Coordenadoria de Provimento e Vacância –, a supressão do comissionamento “FC4” a todos os Analistas Judiciários da Especialidade Execução de Mandados, haja vista o disposto no §2º do artigo 16 da Lei nº 11.416/2006 c/c “caput” do artigo 3 do Anexo II da Portaria Conjunta nº 1/2007.

Pois bem.

Esta Corte, quanto ao tema, s.m.e., foi questionada pela primeira vez acerca da designação de servidores “... para o exercício da função comissionada Executante de Mandados” no ano de 2015, quando da análise, pelo C. Tribunal de Contas da União, da concessão de aposentadoria à servidora desta Casa, senhora Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira, inativada no ano de 2012, por meio do ATO SLP Nº 041, de 22 de junho, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 02 de julho (Processo Administrativo n. 0000346-23.2012.5.15.0895 PA).

Com efeito, ao tempo, foi este Regional oficiado pela Corte de Contas para, com relação à referida servidora, prestar os seguintes esclarecimentos:

“(…)”

a) (...) se as atividades exercidas por Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira, como Executante de Mandados, não são inerentes ao cargo efetivo por ela ocupado (Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados);

b) Informar se houve designação para o exercício da função comissionada Executante de Mandados. Em caso afirmativo, disponibilizar cópia da portaria de designação da servidora e dos normativos concernentes às atividades inerentes à função citada;

“(…)”





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Prestadas, ao tempo, as informações entendidas pertinentes pelo então Coordenador de Provimento e Vacância, o senhor Coordenador de Controle Interno oficiou o Tribunal de Contas da União.

A legalidade do ato de concessão de aposentadoria à senhora Maria Aparecida, no Tribunal de Contas da União foi objeto de análise nos autos do Processo TCU 010.079/2013-0, sendo que aquela Corte, em Sessão de 14/3/2017, acabou por considerar legal a aposentadoria concedida à servidora, ordenando o registro em seu favor.

Da exposição do EXAME TÉCNICO, constante do relatório da decisão, constou ter sido preteritamente verificada "... a necessidade de ser investigada a concessão de 'quintos' de FC-4 à interessada Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira ...", sendo, então, diligenciado este E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região a fim de prestar os esclarecimentos como acima já destacados.

A decisão pela legalidade exsurgiu após as seguintes ponderações levadas a efeito também no EXAME TÉCNICO, nos termos a seguir:

"(...)

5. Em resposta à diligência, o Órgão concedente informou que a Sra. Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira foi designada para exercer a função comissionada de Executante de Mandados '(...) a partir de 01/09/1993' (peça 11, p.2).

6. A interessada era ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador (atual Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados), tendo exercido a função comissionada de Executante de Mandados até o advento da Lei 11.416/2006, que criou a Gratificação de Atividade Externa – GAE, a qual passou a ser mutuamente excludente com a percepção da referida função até a integralização do vencimento básico estabelecido no Anexo IX daquela Lei.

7. Portanto, a incorporação de quintos de FC-4 por parte da interessada pode ser aceita pelo TCU.

(... ..)

CONCLUSÃO

12. Em razão do exposto, considera-se que o ato de aposentadoria de Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira pode ser registrado pelo TCU. (...)"(grifamos)

E, no rastro de tanto, sobreveio o voto do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, cujos excertos de interesse ao presente estudo serão a seguir dispostos:

"(...)

2. Observo, inicialmente, que assiste razão à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefip (...) e ao Ministério Público junto ao TCU (...) no que respeita (...) à legalidade do ato no interesse de Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira.

3. Os atos em questão foram destacados do TC 042.650/2012-7 para análise da regularidade da concessão de quintos de FC-4 à Sra. Maria Aparecida (...).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

4. Como demonstrado pela unidade técnica, a interessada faz jus à incorporação de quintos de FC-4 (...).  
(...)"

No ano de 2016, com a publicação do ato de aposentadoria da servidora desta Casa, senhora Adriana de Souza Borges (ATO. 0094/2016 – SLP, de 02 de setembro, publicado no D.O.U., Seção 2, de 8 de setembro – Processo Administrativo n. 0000068-80.2016.5.15.0895 PA), o senhor Coordenador de Controle Interno, diante de decisão do Tribunal de Contas da União acerca do tema envolvendo incorporação de quintos decorrente de gratificação ou de função comissionada paga indistintamente aos servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário, área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, consubstanciada no Acórdão nº 2784/2016 – TCU – Plenário, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Gestão de Pessoas para manifestação e tomada das providências entendidas necessárias.

Submetido o feito à apreciação desta Unidade, depois de apontar decisões da Corte de Contas, e após constatar que à senhora Adriana de Souza Borges "... foi atribuída função comissionada correspondente a FC-04 enquanto ocupante do cargo de Analista Judiciário, área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, desde 10/1/1995 até 30/11/1998, ainda que, anteriormente à edição da Lei nº 9.421/96, a referida função recebesse denominação diversa, quicá, encargo (ou gratificação) de representação de gabinete", foi sugerido que se solicitassem informações complementares à Coordenadoria de Provimento e Vácuo e à Coordenadoria de Informações Funcionais.

Sobrevindo tais informações, foram por esta Seção complementadas as suas, salientando que o Processo TC 014.413/2016-7, no qual exarada a decisão consubstanciada no sobredito Acórdão 2784/2016 – Plenário, assim como o Processo TC 014.415/2016-0, que tratou do mesmo tema, e cuja decisão se encontra consubstanciada no Acórdão 353/2017 – Primeira Câmara, não haviam, ainda, finalizado, destacando, outrossim, que nos autos do Processo TC 010.079/2013-0, no qual era apreciada a aposentadoria da servidora aposentada desta Casa, senhora Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira, havia a Corte de Contas considerado legal tal aposentadoria, ordenando o registro do ato em seu favor, já que, segundo posto no exame técnico, como visto, a informação prestada por esta Casa foi no sentido que a percepção de tal parcela, por ela, teria se verificado até o advento da Lei nº 11.416/2006.

Reproduzimos, ali, os excertos supratranscritos do Processo TCU 010.079/2013-0, e, portanto, com os fundamentos que levaram a Corte de Contas a declarar a legalidade do ato concessivo de aposentadoria à senhora Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira.

O senhor Diretor-Geral, na sequência, por meio do r. despacho datado de 5/5/2017, determinou o retorno dos autos à Coordenadoria de Controle Interno.

Por oportuno, pedimos *vênia* para reproduzir o mencionado despacho.

"Considerando que, conforme restou consignado na Informação CDP/SLP Nº 266/2017 (fls. 78/79), a Corte de Contas, em situação semelhante à ora analisada, registrou sem ressalvas o ato de aposentadoria de servidora deste Tribunal (Processo nº 010.078/2013-0), retorne o presente à Coordenadoria de Controle Interno para manifestação."





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O senhor Assistente-Chefe da SEDAP, em seus arrazoados, asseverou que

“(…)

Apesar de não restar claro, no entendimento desta Seção, as razões que fazem diferir a situação da servidora deste Tribunal, sra. Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira, da situação dos servidores ocupantes do mesmo cargo, relacionados no Acórdão 2784/2016 TCU – Plenário, entendemos que, diante da decisão que aceitou a incorporação de quintos de FC-4 pelo TCU em favor da servidora deste Tribunal, fica prejudicado, em primeiro momento, o entendimento de um posicionamento consolidado pela Corte de Contas sobre a questão.

Sabemos, porém, que o TRT, em normativo interno, considerou a gratificação dada pelo encargo de Executante de Mandados privativa dos Oficiais de Justiça Avaliadores, sendo atribuída adicionalmente a outros servidores na condição de “ad hoc”, conforme o art. 1º da Resolução Administrativa nº 12/1993, em cópia à fl. 69, verso, de onde se extrai:

(…)

E em levantamento feito por esta Seção, observamos que no dia em que a servidora cuja aposentadoria é objeto deste processo, sra. Adriana de Souza Borges, foi designada para exercer o encargo de Executante de Mandados, 10/01/1995, um dia após seu exercício no cargo efetivo de Oficial de Justiça Avaliador, apenas três servidores ocupantes do mesmo cargo efetivo neste Tribunal não exerciam Representação de Gabinete, sendo que um deles retornava de cessão a outro órgão e gozava férias à época, e logo após seu retorno foi então designado para o encargo de Executante de Mandados. Todos os outros ocupantes do cargo de Oficial de Justiça Avaliador, naquela data, estavam designados para o encargo de Executante de Mandados, ou então exerciam outras atividades em encargos diversos.”

Na sequência, o senhor Coordenador de Controle Interno, diante de todos os arrazoados, e porque “... prejudicado, em primeiro momento, o entendimento de um posicionamento consolidado pela Corte de Contas sobre a questão”, determinou o encaminhamento do ato de concessão de aposentadoria à senhora Adriana de Souza Borges com parecer de legalidade, por ora, “... inobstante a situação da interessada se enquadrar no acúmulo de vantagens que conflita com entendimento contido no Acórdão nº 2784/2016 - TCU – Plenário, conforme demonstrado pelo levantamento feito pela Seção de Análise de Despesas com Pessoal, ...”, na medida em que pendia a decisão de recurso. O Formulário SISAC da referida servidora recebeu o número 20784201-04-2016-000092-3 e ainda não foi apreciado, encontrando o seu nome na lista de indícios do TCU ora juntada a este expediente, assim como o da servidora Maria Aparecida do Monte Carmelo Martins Pereira (SISAC 20784201-04-2012-000032-9 – já julgado legal pelo TCU).

A seguir, transcreveremos, no que for pertinente ao tema, o teor do debatido Acórdão 2784/2016 – Plenário, extraído dos autos do Processo TC 014.413/2016-7, cujo Relator foi o Ministro Benjamin Zymler.

“Sumário:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso II do art. 41 da Lei 8.443/1992 e no § 1º do art. 17 do Regimento Interno, em:

(...)

9.3. considerar ilegais os atos números de controle (...), relativos, respectivamente, aos servidores (...) e denegar seus registros;

(...)

Relatório:

Trata-se de processo de aposentadoria de servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

2. Constam dos autos cinco atos, relativos aos servidores (... ..) e (...), (Analista Judiciário, especialidade Execução de Mandados, ato de alteração de fundamento legal de aposentadoria com vigência em 16/1/2013).

(...)

6. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal, em instrução automática, propôs que fossem considerados legais os atos e determinado seus respectivos registros.

(...)

É o relatório.

Voto:

Trago ao Plenário, com fundamento no § 1º do art. 17 do Regimento Interno desta Corte, processo de aposentadoria de servidores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, de modo a que se examine a legalidade do pagamento da GAE (Gratificação de Atividade Externa) cumulativamente com a vantagem dos "quintos", oriunda do exercício de FC-5 atribuído indistintamente a todos os Oficiais de Justiça Avaliadores do TRF da 2ª Região.

2. Constam dos autos cinco atos de concessão, relativos a três servidores, sendo um deles Técnico Judiciário (1 ato), especialidade Segurança e Transporte, e os demais Analistas Judiciários, especialidade Oficial de Justiça Avaliador (4 atos).

3. Os pareceres exarados nos autos foram uníssonos pela legalidade dos atos.

4. **Data maxima venia**, dissinto do encaminhamento proposto, exceto quanto ao ato número de controle (...), em relação ao qual não faço reparos.

5. Contudo, verifico que consta dos atos daqueles que se inativaram no cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, o pagamento da vantagem dos quintos, decorrentes da função comissionada FC-5, que teve origem na Gratificação de Representação de Gabinete instituída por meio de normativos internos.

6. Ocorre que tanto a GRG quanto a FC-5 não possuía natureza de função de confiança, pois era paga a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador. Logo, a "investidura" na função não dependia de escolha da autoridade, do quesito confiança, inerente a todos os ocupantes de função comissionada. Tampouco poderiam seus ocupantes ser demitidos **ad nutum**. Assim, a despeito do **nomen iuris**, claro está que se tratava de verdadeira gratificação paga em razão do exercício das atribuições típicas do cargo (execução de mandatos) e criada por normativos internos do TRF da 2ª Região.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

7. Posteriormente, quando do advento da Lei 9.421/1996, a GRG paga aos Oficiais de Justiça foi transformada em FC-5.

8. Embora a própria criação dessa gratificação, por meio de ato administrativo, pudesse ser examinada sob o aspecto da legalidade, o fato é que essa vantagem não possui natureza de função (pois paga indistintamente a todos os Oficiais de Justiça) e, portanto, não teria o condão de gerar a incorporação de quintos.

9. Nesse linha, cumpre mencionar o Acórdão 1473/2009-2ª Câmara (relator Ministro José Jorge), no qual se considerou ilegal o pagamento de gratificação de representação oriunda de "função" atribuída a Consultor Legislativo do Senado. O relator acolheu o entendimento do então titular da Sefip, assim vazado:

À luz dessas definições, parece-nos fora de dúvida que a gratificação de representação paga aos Consultores Legislativos – a exemplo do que já se verificava, a despeito de sua designação oficial, com a anterior 'função comissionada' que lhe deu origem – não se confunde com as funções de confiança, as funções gratificadas ou, muito menos, com os cargos em comissão.

De fato, a gratificação de representação não se encontra associada ao desempenho de encargos especiais atribuídos a apenas uma parte dos Consultores; também não depende da relação de confiança entre o beneficiário e a autoridade responsável pela nomeação; não é transitória e nem pode ser suprimida discricionariamente da remuneração dos servidores. Antes, a gratificação de representação tipifica uma vantagem inerente ao cargo efetivo de Consultor Legislativo, de sorte que o requisito essencial para sua percepção é precisamente a investidura no cargo.

(... ..)

De outra parte, como corolário, não é demais salientar que, tratando-se de vantagem própria do cargo efetivo, a gratificação de representação, assim como a função comissionada que a precedeu, em hipótese alguma poderia dar ensejo à incorporação de quintos.

Com efeito, afora o quanto estabelecido no art. 50 da Lei nº 8.112/90, tem-se que o instituto da incorporação de funções, enquanto existente, tinha por objetivo precípuo proporcionar estabilidade financeira àqueles servidores que, investidos por longo período em funções comissionadas, viam-se permanentemente sujeitos a drástica redução no padrão de seus vencimentos, em face do caráter transitório dessas funções, o que poderia, inclusive, comprometer sua independência e exaustão no exercício de suas atribuições. Tal, como visto, jamais foi o caso da gratificação de representação ou da função comissionada conferida aos Consultores Legislativos, que, por constituir vantagem intrinsecamente vinculada ao cargo efetivo, sempre teve, por definição, caráter permanente.

10. Ademais, não se deve olvidar que o art. 16 da Lei 11.416/20016, que instituiu a Gratificação de Atividade Externa (GAE), devida exclusivamente ao Oficial de Justiça Avaliador, vedou a percepção dessa gratificação para os servidores designados para o exercício de função comissionada e para os ocupantes de cargo em comissão:

(...)

11. Ora, se a GAE não é devida ao servidor ativo que exerce função ou cargo em comissão, não é possível concedê-la ao inativo que se aposenta com as vantagens previstas no do art. 193 da Lei 8.112/1990, sob pena de conferir tratamento mais vantajoso ao inativo que ao ativo. Ou bem o ativo carrega para sua aposentadoria as



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

vantagens inerentes ao cargo comissionado ou percebe a gratificação criada para remunerar o Oficial de Justiça pelo desempenho exclusivo das atribuições típicas de seu cargo.

12. Nesse ponto, deve-se registrar que os atos de alteração de fundamento legal emitidos pelo TRF da 2ª Região excluíram, de forma acertada, a parcela “opção” para tornar viável o pagamento da GAE (...).

13. Quando, porém, se verifica que a função de confiança exercida na atividade era, de fato, gratificação inerente ao cargo efetivo ocupado pelo servidor, o pagamento de “quintos”, além de carecer de sustentação legal, constitui verdadeiro **bis in idem**, pois cria situação na qual se remunera duplamente o servidor sob o mesmo fundamento: exercício das atribuições de Oficial de Justiça. Diversa é a conclusão quando se verifica que os “quintos” tiveram origem no exercício de outras funções, não relacionadas às atribuições de Oficial de Justiça. Nessa situação, constitui vantagem paga a qualquer ocupante de cargo efetivo que tenha exercido no passado, no prazo estipulado em lei, cargo comissionado/função de confiança.

14. De igual forma, não se pode admitir o pagamento da parcela “opção”, seja ela decorrente ou não da FC-5 atribuída aos Oficiais de Justiça, ao inativo que percebe a GAE, em razão da vedação expressa contida no § 2º do art. 16 da Lei 11.416/2006, ainda que a mencionada parcela tenha origem em outra função de confiança e decorra da exata aplicação do art. 193 da Lei 8.112/1990.

15. Do contrário, estar-se-ia conferindo tratamento mais vantajoso ao servidor inativo que ao ativo, o que não parece razoável, por contrariar o objetivo do § 2º do art. 16 da Lei 11.416/2006, que consiste não apenas em remunerar o Oficial de Justiça pelo desempenho de suas atribuições, senão também estimulá-lo a se manter na atividade para a qual foi admitido.

16. Sendo assim, até mesmo o servidor que tenha a seu favor ato de aposentadoria já registrado há mais de cinco anos, do qual constou a incorporação e “quintos” e/ou pagamento da “opção”, perde o direito a essas parcelas se optar por receber a GAE.

17. Dito isso, passo a examinar a situação dos servidores cujos atos constam destes autos.

18. (...), ocupante do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, aposentou-se em 18/4/1996 e teve seu primeiro ato inicial de aposentadoria (...) julgado ilegal. O segundo ato inicial (...), do qual constavam 5/5 de GRG, foi considerado legal em (...).

19. Nessa assentada, examinam-se dois atos de alteração de fundamento legal da aposentadoria da servidora. O ato peça 4 (...), encaminhado em 9/12/2008, teve vigência em 11/9/2005 e dele constam as vantagens “quintos” e “opção” de FC-5 – todas decorrentes da GRG paga a título de execução de mandados, como se verifica nos atos iniciais de aposentadoria apreciados por este Tribunal. Já do ato de peça 5 (...), com vigência em 2/4/2014, constam a acumulação de “quintos” de FC 5 e GAE.

20. Uma vez que a vantagem “opção”, do ato de peça 4, foi substituída pela GAE, no ato de peça 5, entendendo que aquele ato de alteração perdeu seu objeto, sendo suficiente apreciar o ato de peça 5.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

21. Assim, tendo em vista que tanto a vantagem dos “quintos” como a GAE têm origem no desempenho das atividades de execução de mandados, há verdadeiro **bis in idem**, razão pela qual o ato número de controle (...) deve ser considerado ilegal.
22. a servidora (...) possui seis atos na base Sisac.
- a) (...);
  - b) (...);
  - c) o ato de concessão inicial de número (...), com vigência em 3/9/1993, julgado legal em 45/12/2007 (...), do qual constava a vantagem GRG, decorrente da execução de mandados;
  - d) o ato de alteração (...), com vigência em 12/7/1994, considerado legal em 4/12/2007 (...), do qual constava a vantagem dos “quintos” de GRG, decorrente da execução de mandados;
  - e) o ato de alteração de número (...), ainda não autuado, com vigência em 16/12/2013, do qual constam a GAE e a VPNI, oriunda da incorporação de 5/5 de FC5.
23. Da mesma forma que a servidora (...), a servidora (...) também tem a seu favor ato de concessão de aposentadoria com a vantagem dos “quintos” (de GRG) considerado legal há mais de cinco anos.
24. Todavia, com a inclusão da GAE sem a exclusão dos “quintos” ou da VPNI deles oriunda, ocorre o **bis in idem**, haja vista que essas vantagens decorrem do desempenho das atividades de execução de mandados.
25. Assim, deve o ato de alteração de fundamento legal de aposentadoria de (...) ser considerado ilegal, situação na qual a interessada poderá optar por uma das duas vantagens, uma vez que, a despeito da ilegalidade do pagamento de VPNI oriunda de “quintos” de FC-5, a interessada possui a seu favor ato de concessão julgado legal há mais de cinco anos.
26. (...).
27. A servidora (...), também ocupante do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador aposentou-se por invalidez com fundamento no § 1º do inciso I do art. 40 da CF, c/c EC 70/2012, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
28. Consta do seu ato de concessão inicial de aposentadoria o pagamento de VPNI (5/5 de FC-5) cumulativamente com a GAE.
29. Pelos motivos expostos, deve esse ato ser considerado ilegal.  
(...)” (destaques no original)

A última das servidoras supra, aquela apontada no subitem “27”, impetrou Mandado de Segurança, com pedido de medida liminar, o qual tramitou na Suprema Corte sob nº 34.727 Distrito Federal.

Referido mandado de segurança foi “(...) impetrado com o objetivo de questionar a validade jurídica de deliberação que, emanada do E. Tribunal de Contas da União, considerou ilegal o ato de concessão inicial de aposentadoria da ora impetrante, determinando, em consequência, ao E. Tribunal Regional Federal da 2ª Região (órgão pagador) a suspensão do pagamento concernente à parcela relativa à GAE cumulativamente com os quintos incorporados, oriundos da função comissionada FC-5, bem assim a emissão de novo ato escoimado da irregularidade que motivou o julgamento ora objeto da presente impetração.”



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ao apreciar o pedido, o Relator, Ministro Celso de Mello, em 30/6/2017, pelos motivos expostos em sua fundamentação, acabou por deferir o pedido de medida liminar, nos seguintes termos:

“(…), em juízo de estrita delibação e sem prejuízo de ulterior reexame da pretensão mandamental deduzida na presente sede processual, defiro o pedido de medida liminar, em ordem a determinar, até final julgamento desta ação de mandado de segurança, e unicamente em relação à ora impetrante, a suspensão cautelar da eficácia da deliberação proferida pelo E. Tribunal de Contas da União, consubstanciada no Acórdão nº 2.784/2016 (...)”

Em sede de Agravo Regimental na Medida Cautelar em Mandado de Segurança, o Subprocurador-Geral da República, Paulo Gustavo Gonet Branco, manifestou-se como a seguir, em seu parecer.

“(…). Ao apreciar o ato de aposentadoria da impetrante, a Corte de Contas concluiu ser vedada a acumulação da parcela referente à GAE com quintos incorporados, estes decorrentes do exercício de FC-5. Assim o fez, partindo da premissa de que esta vantagem não decorria do exercício de uma função comissionada propriamente dita – não obstante a sua designação –, por ser devida indistintamente a todos os Oficiais de Justiça pelo exercício das atribuições típicas do cargo (execução de mandados). Dada a sua natureza, entendeu indevida a incorporação dos quintos na espécie. Lê-se do ato apontado coator:

(…)

(…), a vedação à incorporação das parcelas de retribuição pelo exercício dessa função, no caso específico, não vai de encontro à legislação que a autorizava. Isso porque o art. 62 da lei 8.112/90 (redação originária) permitia a incorporação da gratificação pelo exercício de função comissionada à remuneração do servidor, pressupondo, porém, que o exercício ocorresse na função de direção, chefia ou assessoramento, situação que a Corte de Contas afirmou ausente na hipótese, dada a desnaturação no caso específico dos Oficiais de Justiça.

As informações prestadas pela autoridade coatora corroboram, no mais, a tese de que a função em questão era devida aos Oficiais de Justiça como retribuição ao exercício de atribuições típicas do cargo efetivo. Revela, para esse fim, que a impetrante tomou posse em 29/12/89 e passou a receber a função poucos dias depois, em 8/1/90.

O TCU ainda estimou inviável a acumulação pretendida, em virtude do art. 16, § 2º, da Lei 11.416/06 e ante a ocorrência de *bis in idem* no pagamento das duas vantagens. (...).

(…).

Na espécie, os quintos incorporados aos proventos da impetrante decorrem do exercício de atribuições típicas do cargo de Oficial de Justiça (execução de mandados). A GAE, definitivamente implementada em dezembro de 2008, de igual modo, presta-se a remunerar exclusivamente o Analista Judiciário – Oficial de Justiça, pelo desempenho de atividades inerentes ao cargo efetivo (execução de mandados). Assim, a acumulação das vantagens, concedidas sob o mesmo título, embora adquiridas em momentos diversos e sob denominações distintas, decerto, não pode ser avalizada apenas porque o servidor passou à inatividade. A propósito do tema, o STF afastou pretensão similar, amparado no art. 37, XIV, da CF. (...)





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

(...).

É relevante registrar, além disso, que o art. 16, § 2º, da Lei 11.416/06 e o art. 3º da Portaria Conjunta nº 01/2007 do STF repelem expressamente a cumulação da GAE com a remuneração relativa ao exercício de função comissionada ou cargo em comissão. A vedação, aliás, como entendeu o TCU, não se restringe aos servidores em atividade, mas também se estende aos inativos, porquanto a finalidade da norma é impedir que o servidor, seja ativo ou inativo, receba verba de natureza semelhante, concedida sob o mesmo título. Frise-se, ainda, que o fato de o servidor ter carreado para os seus proventos a VPNI não desnatura a natureza da vantagem de ser retribuição pelo exercício de função comissionada na atividade.

Consigne-se que a pretensão deduzida neste *writ* foi objeto de processo administrativo no âmbito do Conselho de Justiça Federal (Processo nº CJF-PPP-2015/00006), que a rejeitou, conforme demonstra esta certidão de publicação extraída do sítio eletrônico do CJF:

PROCESSO N. CJF-PPP-2015/00006

PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FRANCISCO FALCÃO

RELATOR: Conselheiro OG FERNANDES

INTERESSADOS: Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais no Estado do Rio de Janeiro – ASSOJAF/RJ e Tribunal Regional Federal da 2ª Região

ADVOGADO: Dr. Jean Paulo Ruzzarin

DATA DA SESSÃO: 10/8/2015 ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO NO QUAL A ASSOJAF/RJ REQUER QUE SE DETERMINE AO TRF-2ª REGIÃO A MANUTENÇÃO OU O RESTABELECIMENTO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA – GAE CUMULATIVAMENTE COM AS GRATIFICAÇÕES DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO COMMISSIONADA INCORPORADOS AOS RENDIMENTOS DECORRENTES DA APOSENTAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL, AMPARADO PELA REGRA DA PARIDADE PREVIDENCIÁRIA. Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão: “O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao pedido, nos termos do voto do relator.” Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Francisco Falcão, Laurita Vaz, Jorge Mussi, Og Fernandes, Cândido Ribeiro, Poul Erik Dyrland, Fábio Prieto, Luiz Fernando Wowk Penteado e Marcelo Navarro (membros efetivos) e o Conselheiro Mauro Campbell Marques (membro suplente). Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luis Felipe Salomão. Presentes, também, o Juiz Federal Antônio César Bochenek (Presidente da Ajufe), e o Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho (Presidente do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Marcelo Veiga (Secretário de Reforma do Judiciário interino, que participa como convidado).

JUIZ FEDERAL ERIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS – SECRETÁRIO GERAL  
MINISTRO FRANCISCO FALCÃO - PRESIDENTE

Anota-se, ainda, que, embora o TCU tenha identificado irregularidades na incorporação, formalizada em 1997, não a repeliu de modo absoluto, facultando a servidora aposentada a opção de receber os quintos então incorporados ou a GAE.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O óbice à acumulação das parcelas, ademais, somente veio à tona com a vigência e regulamentação da Lei 11.416/06, em dezembro de 2008, de modo que não houve o transcurso de vinte anos desde o aperfeiçoamento do ato, conforme alegado pela impetrante. O móvel da deliberação do TCU, como se vê, ficou restrito à proibição de acumular as vantagens, sem avanço sobre o mérito da incorporação, essa sim, ocorrida há mais tempo. A deliberação do TCU não ofende, por mais esse motivo, o princípio da segurança jurídica.

Vale relembrar, aqui, o entendimento consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a correção, pela Administração Pública, de ilegalidades na composição dos proventos de servidores públicos não viola o princípio do direito adquirido e a garantia da irredutibilidade salarial. (...)

Por fim, cumpre salientar que o acórdão do TCU está em consonância com a atual orientação do Supremo Tribunal Federal, que reconhece não existir direito adquirido de servidor a regime jurídico (...).

O parecer sugere a denegação da ordem, prejudicado o agravo interno.  
(...)"

Em 19/2/2019 sobreveio decisão de mérito nos autos do referido Mandado de Segurança 34.727-DF, oportunidade em que foi denegada a ordem, sendo cassada a medida cautelar anteriormente concedida, a qual restou assim ementada:

"EMENTA: Tribunal de Contas da União. Aposentadoria. Ato concessivo inicial. Registro. Procedimento de controle externo *de legitimidade jurídica* (CF, art. 71, III). Inaplicabilidade do art. 54 da Lei nº 9.784/99. O ato de concessão de aposentadoria, que se reveste *de natureza complexa*, somente se aperfeiçoa *com a análise* de sua legalidade e *ulterior registro* pelo Tribunal de Contas da União.

Precedentes. *Direito de defesa e contraditório*: exercício não assegurado no curso do procedimento administrativo *de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial* de aposentadoria, reforma e pensão.

Legitimidade *dessa compreensão*. Súmula Vinculante nº 3/STF. Necessidade, contudo, de o Tribunal de Contas da União assegurar *ampla defesa e contraditório ao interessado*, nos casos em que o controle externo de legalidade, exercido *para efeito de registro*, ultrapassar o prazo *de 05 (cinco) anos contado* do ingresso do respectivo processo administrativo na Corte de Contas.

Observância, ademais, em tal hipótese, dos postulados constitucionais *da segurança jurídica e da confiança*. Doutrina.

Precedentes. Inacumulabilidade *de determinada gratificação (GAE)* com a remuneração pertinente ao exercício *de função comissionada ou de cargo em comissão* (Lei nº 11.416/2006, art. 16, § 2º).

Inocorrência, *em tal situação*, de ofensa às cláusulas constitucionais *do direito adquirido e da irredutibilidade do estipêndio funcional*, quando retificado o ato de aposentadoria, *por determinação do TCU*, no contexto do procedimento administrativo de registro.

Precedentes. Mandado de segurança indeferido."

A seguir, excertos da decisão que desagou na ementa acima.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

“(…)

Impõe-se destacar, ainda, *quanto ao outro fundamento* em que se apoia este “*writ*” mandamental, *que se revela inacolhível* a pretensão formulada pela parte impetrante no sentido de ser legítimo o recebimento da parcela remuneratória concernente à Gratificação de Atividade Externa – GAE cumulativamente com quintos incorporados, decorrentes do exercício de função comissionada.

Com efeito, a norma inscrita no art. 16, § 2º, da Lei nº 11.416/2006 veda a percepção conjunta da GAE com parcelas remuneratórias oriundas do exercício de função comissionada, não importando, para esse específico efeito, que referida parcela tenha sido incorporada, a título de “quintos”, aos vencimentos da impetrante.

Extremamente esclarecedora, quanto a esse fundamento, passagem do parecer que o Ministério Público Federal produziu, nestes autos, sobre o tema em questão: “É relevante registrar, além disso, que o art. 16, § 2º, da Lei 11.416/06 e o art. 3º da Portaria Conjunta nº 01/2007 do STF repelem expressamente a cumulação da GAE com a remuneração relativa ao exercício de função comissionada ou cargo em comissão. A vedação, aliás, como entendeu o TCU, não se restringe aos servidores em atividade, mas também se estende aos inativos, porquanto a finalidade da norma é impedir que o servidor, seja ativo ou inativo, receba verba de natureza semelhante, concedida sob o mesmo título. Frise-se, ainda, que o fato de o servidor ter carreado para os seus proventos a VPNI não desnatura a natureza da vantagem de ser retribuição pelo exercício de função comissionada na atividade.” (grifei)

Não foi por outro motivo que o eminente Ministro ROBERTO BARROSO, ao apreciar situação idêntica à ora versada nestes autos, proferiu decisão de que destaco o seguinte fragmento:

“Em relação ao segundo ponto (‘bis in idem’ no pagamento cumulativo dos ‘quintos’ com a GAE), o impetrante alega que a GAE difere da FC-05, já que possui natureza ‘propter laborem’, sendo vantagem integrante da estrutura remuneratória do cargo de provimento efetivo de oficial de justiça avaliador federal, sem natureza de função comissionada, vez que independe de qualquer juízo de discricionariedade na sua concessão. Entretanto, mais uma vez, a alegação do impetrante não merece prosperar, uma vez que: (i) o art. 16, § 2º, da Lei 11.416/06 repele expressamente a cumulação da GAE com a remuneração relativa ao exercício de função comissionada ou cargo em comissão, não fazendo sentido que o servidor inativo seja beneficiado com uma cumulação não permitida ao servidor ativo; (ii) não sendo demonstrada a não generalidade da GRG ou da FC-05 no caso, a premissa a ser adotada é no sentido de que tais verbas efetivamente possuíam a mesma natureza da GAE, devida a todos os oficiais de justiça avaliadores, nos termos do art. 16 c.c. art. 4º, § 1º, da Lei nº 11.416/2006.” (MS 35.193/DF, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – grifei)

Ressalte-se, por oportuno, que também o eminente Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, em causas rigorosamente idênticas à ora em exame, perfilhou igual orientação em julgamentos finais proferidos em diversos processos mandamentais por ele relatados (MS 35.662/DF – MS 35.684/DF – MS 35.685/DF – MS 35.686/DF).

Nem se diga, finalmente, que a correção promovida pela Corte de Contas sobre a composição dos proventos de aposentadoria da parte impetrante importaria em ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade do estipêndio funcional, considerada a jurisprudência firmada por esta Suprema Corte sobre tal questão (MS





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

23.996/DF, Rel. Min. ELLEN GRACIE – MS 32.683-AgR-Segundo/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – RE 866.512-AgR/RN; Rel. Min. DIAS TOFFOLI, v.g.):

“MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. APOSENTADORIA DE MAGISTRADO. NÃO-PREENCHIMENTO DA TOTALIDADE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DA VANTAGEM PREVISTA NO ART. 184, INC. II, DA LEI N. 1.711/1952. INAPLICABILIDADE DO ART. 250 DA LEI N. 8.112/1990. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA E OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE SALÁRIOS NÃO CONFIGURADAS.

(...)

4. A redução de proventos de aposentadoria, quando concedida em desacordo com a lei, não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos. Precedentes.

5. Segurança denegada.”

(MS 25.552/DF, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA)

“Agravos regimentais no recurso extraordinário. Servidor público. Retificação do ato de aposentadoria. Possibilidade. Precedentes.

1. A jurisprudência desta Corte consolidou entendimento no sentido da possibilidade de a Administração Pública, com base no princípio da legalidade, corrigir seus atos quando eivados de vícios ou ilegalidades, sem que isso importe em ofensa aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

(...)

3. Agravo regimental não provido.”

(RE 418.402-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – grifei)

Sendo assim, *em face das razões expostas*, com fundamento nos poderes processuais outorgados ao Relator da causa (RTJ 139/53 – RTJ 168/174, v.g.), e acolhendo, *ainda*, o parecer da douta Procuradoria-Geral da República, denego o presente mandado de segurança, cassando, *desse modo*, a medida cautelar anteriormente concedida e julgando prejudicado, *em consequência*, o exame do recurso de agravo.

Comunique-se, *com urgência*, transmitindo-se cópia da presente decisão à Presidência do E. Tribunal de Contas da União, bem assim ao eminente Senhor Presidente e, *também*, ao Senhor Diretor-Geral do E. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

(...)”

Ressalta-se, por oportuno, que, da referida decisão que denegou a segurança, houve, em 18/3/2019, a interposição de Agravo Regimental pela impetrante, encontrando-se os autos conclusos ao Relator desde 16/5/2019.

Ante todo o exposto, submeto o expediente à consideração superior, ressaltando que, em cada indício apontado no Sistema e-Pessoal do TCU, consta a possibilidade de “Cadastrar/editar esclarecimento” conforme o posicionamento do órgão, conforme tela que segue reproduzida.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

**Cadastrar/editar esclarecimento**

Qual é o posicionamento do órgão?

--Selecione--
--Selecione--
1 - O indício procede e a situação foi regularizada
2 - O indício procede e foram adotadas medidas para regularizar a situação
3 - O indício procede, mas não foram adotadas medidas para regularizar a situação
4 - O indício não procede, pois o servidor/pensionista não se encontra nessa situação
5 - O indício não procede, pois a situação do servidor/pensionista está amparada por outras normas e/ou decisões

► Fundamentos cadastrados( 0) [+ Adicionar](#)

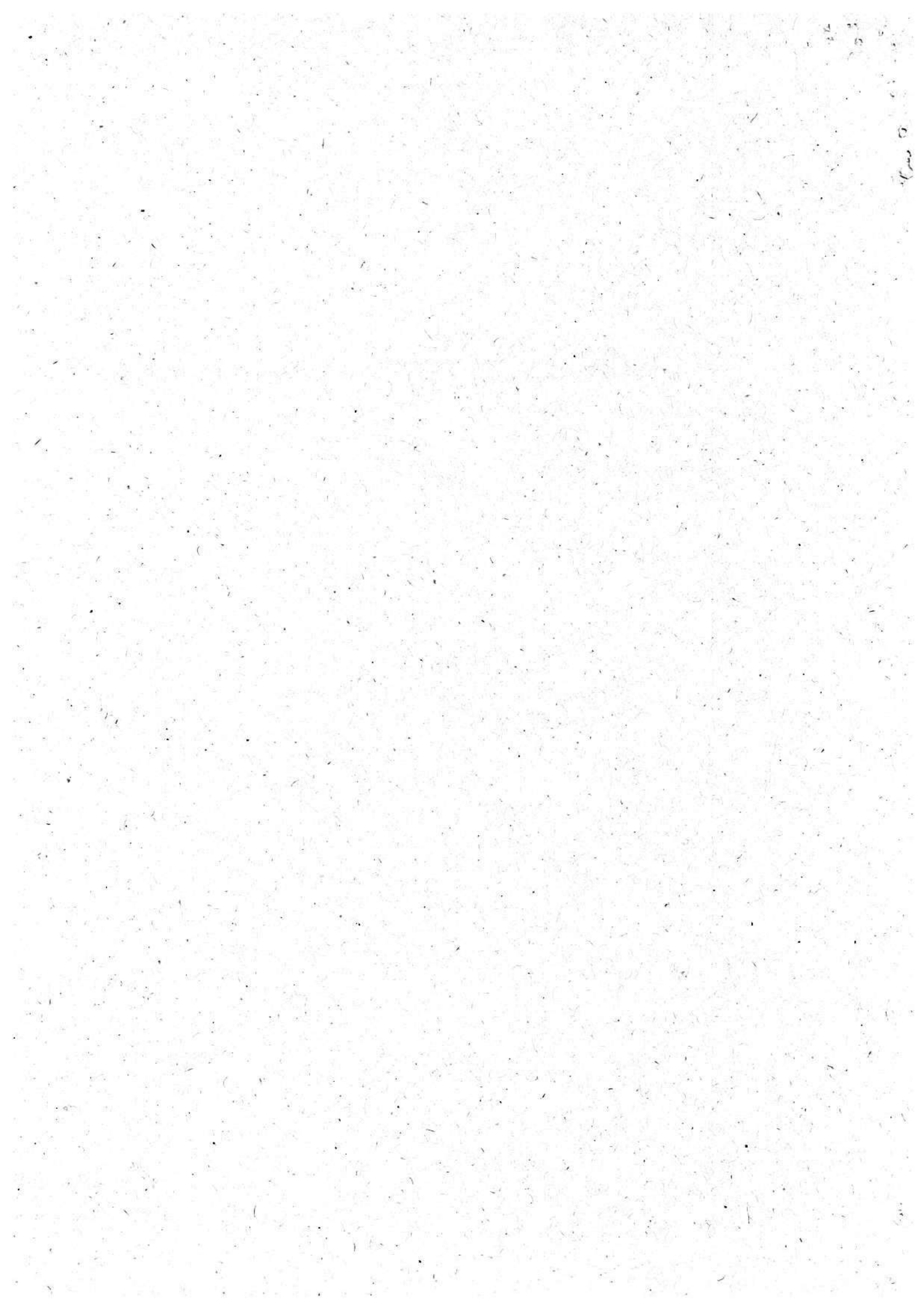
► Documentos comprobatórios anexados( 0) [+ Adicionar](#)

[Salvar](#)

[Excluir esclarecimento](#)

[Voltar](#)

**MÁRCIA MARIA BATISTEL FERNANDES**  
Assistente-Chefe da Seção de Legislação de Pessoal





Protocolo N° 3135/2019-DG

Peticionário(s):  
Secretaria de Gestão de Pessoas

Ratifico o parecer exarado pela Seção de Legislação de Pessoal.

À consideração do Senhor Secretário de Gestão de Pessoas.

Campinas, 10 de outubro de 2019.

Izabel Cristina Braga Arroyo  
Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas

Firmado por assinatura digital conforme Lei 11.419/2006 - AssineJus ID: 043748.0915.901425